

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

### REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_, DE 2011

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer a realização de Audiência Pública com a participação dos Srs. Ministros do Meio Ambiente, das Minas e Energia e o Sr. Presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, para esclarecimentos a respeito do vazamento de óleo na Bacia de Campos, no campo de Frade, poço 9-FR-50DP-RJS, desde o dia 7 ou 8 de novembro de 2011, e das condições de segurança da pesquisa, prospecção e exploração de óleo na plataforma continental brasileira e/ou na Zona Econômica Exclusiva – ZEE.

Senhor Presidente,

Na forma regimental, venho requerer realização de Audiência Pública com a participação dos Srs. **Ministros do Meio Ambiente, das Minas e Energia** e do Sr. **Presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP**, para virem a esta Casa esclarecer o vazamento de óleo ocorrido na Bacia de Campos, no campo de Frade, poço 9-FR-50DP-RJS, em data ainda não bem especificada, provavelmente com início no dia 7 ou no dia 8 de novembro de 2011, originando mancha de óleo superficial de cerca 163 km<sup>2</sup> e riscos ambientais significativos, e para esclarecer ainda as condições legais e operacionais de segurança da pesquisa, prospecção e exploração comercial de óleo na plataforma

submarina, na plataforma continental brasileira e ou na Zona Econômica Exclusiva - ZEE.

## **JUSTIFICATIVA**

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN tem-se demonstrado foro privilegiado na análise das condições materiais, políticas, econômicas e técnicas para a exploração das riquezas patrimoniais brasileiras na plataforma continental brasileira e/ou na Zona Econômica Exclusiva – ZEE, sobre a qual se projeta a soberania nacional, em conformidade a nossas leis internas e segundo os tratados internacionais a que o Brasil adere.

As jazidas petrolíferas no denominado Pré-sal envolvem indagações de alta complexidade e ensejam acaloradas discussões de ordem política, jurídica, econômica e técnica, desde quando veio a público o conhecimento de seu potencial exploratório e comercial, com a retirada de 41 (quarenta e um) blocos que faziam inicialmente parte da 9ª. Rodada da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em 2007. Importante ainda observar que os indícios relacionados ao potencial de extração de óleo do Pré-sal resultam de efetivas descobertas realizadas pela Petrobras em 2005.

As autoridades nomeadas acima têm responsabilidade ampla compartilhada na garantia da segurança econômica, operacional, ambiental e jurídica em todos os níveis e circunstâncias onde venha a ocorrer a prospecção, a exploração e a produção de óleo e gás no território nacional e áreas em que o Estado brasileiro possa intervir pacífica e soberanamente, com respeito às normas de direito internacional..

As implicações decorrentes de omissões, equívocos e retardos na definição de políticas, ações e medidas preventivas serão de impacto talvez irreversível, colocando em risco toda a estratégia nacional de aproveitamento de riquezas ao nosso alcance. As intervenções no Pré-sal exigem ações seguras e tecnologicamente bem embasadas. Segundo especialistas, não há ainda no mundo tecnologia provada para a exploração de óleo em profundidades como as do Pré-sal. A 1.200 metros de profundidade, ou mais profundo que isto, as condições operacionais são ainda escassamente conhecidas. Como se viu, no ano de 2010, no incidente no Golfo do México, onde o vazamento se prolongou por quatro meses, os desafios para a contenção de riscos ambientais são enormes e ameaçam a

Natureza e seus ciclos vitais, os ambientes marinhos, e impactos decorrentes podem adquirir proporções ainda não bem configuradas e dimensionáveis.

Por estas razões, impõe-se a audiência das autoridades citadas e o consequente aprofundamento do conhecimento que esta Casa e nossos pares possam extrair dos debates que aqui se realizarem.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 2011.

Antonio Carlos Mendes Thame  
(PSDB – SP)